

Nacional

Nós não pedimos dinheiro ao Governo. Pedimos que nos deixem executar, senão é devolvido

Elvira Fortunato
Investigadora

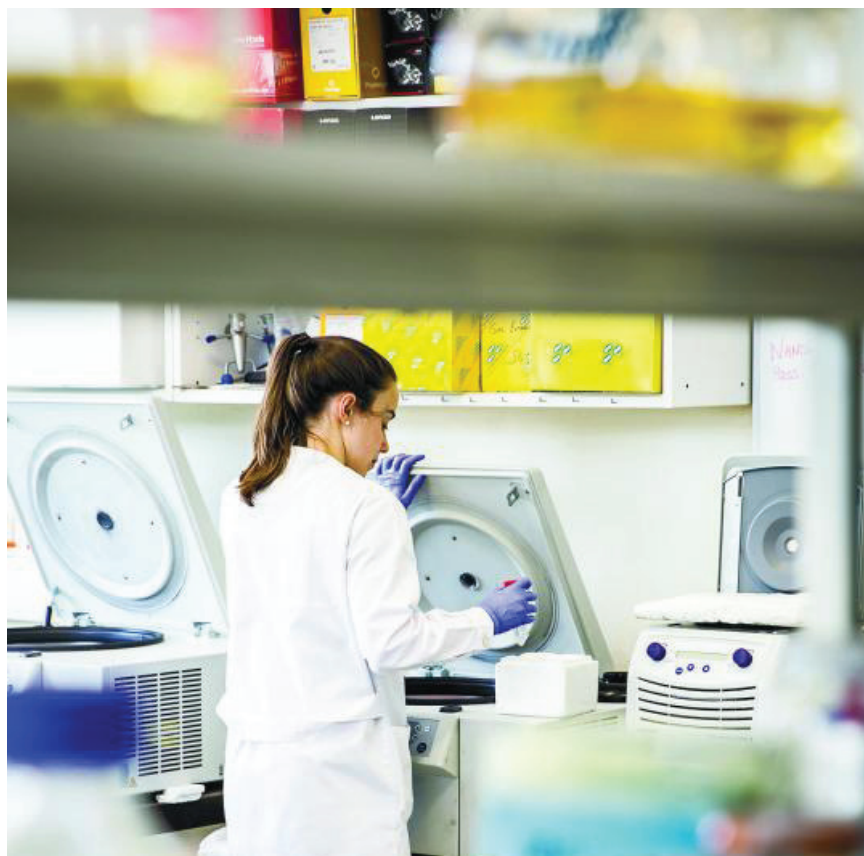


Precariedade Protesto no Técnico de Lisboa

A pretexto de uma visita, hoje, de Manuel Heitor e do presidente da FCT ao Campus Tecnológico Nuclear, no Instituto Superior Técnico (IST), um grupo de investigadores do IST, com a Associação dos Bolsseiros de Investigação Científica, marcou um protesto contra a precariedade no setor.

Legislação Em causa novo Código dos Contratos Públicos. Cientista Elvira Fortunato diz que estão a “matar a Ciência”. Ministério analisa regime excecional

Investigadores já têm dinheiro, mas não o conseguem executar



SHUTTERSTOCK / YERENY GRENZ

Código aplica-se aos centros de investigação públicos. Cientistas pedem um regime excecional, como fez Mariano Gago

Joana Amorim
jamorim@jn.pt

► Depois de três meses praticamente parados, os investigadores já receberam as verbas devidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Mas não as conseguem executar. Tudo por causa do novo Código dos Contratos Públicos, em vigor desde janeiro, e que transformou cientistas em burocratas. “Está a matar a Ciência em Portugal”. Quem o diz é Elvira Fortunato, que ganhou recentemente uma bolsa de investigação de 3,5 milhões de euros. O Ministério da Ciência promete alterar o decreto-lei.

“É pior do que quando estávamos com a troika”, afirma a investigadora do Departamento de Ciência dos Materiais da Universidade Nova de Lisboa. O “monstro”, como o classificou em entrevista recente ao JN o diretor do Instituto de Biologia Molecular e Celular, chama-se Código dos Contratos Públicos (CCP). E, desde janeiro, determina plafonds por fornecedor e não por produto, como antes (ler ao lado).

Se, em março, Cláudia Botelho, do Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho, não tinha dinheiro para comprar reagentes, agora vê-se aflita para comprar

Novas regras determinam plafonds por fornecedor e não por produto

o reagente com o qual estava a trabalhar. Explicando: “Tenho uma empresa a quem compro o anticorpo A, mas já atingi o plafond que tinha. Se mudar o lote é um problema, porque não tenho a garantia de que a marcação que vou ter é igual para aquela proteína. Então encomendo-o a outra empresa, que vai buscar aquele lote à empresa inicial, e depois é vendido mais caro”. Resumindo, “ou compramos mais caro ou não trabalhamos”.

Comprar a Espanha

Elvira Fortunato admite a compra a empresas espanholas. “Há plafonds, que foram diminuídos, ou fazem n empresas para poderem vender ou compramos a Espanha”. Indignada, fala numa situação “surreal” que “está a matar a inves-

tigação”. A solução, diz, era “excecionar a investigação desses códigos, como fez Mariano Gago”. Contactada pelo JN, fonte oficial do gabinete de Manuel Heitor adianta que aquele regime “está a ser analisado”, não havendo, no entanto, previsão de quando será levado a Conselho de Ministros.

Caso contrário, Elvira Fortunato antevê já “imensos problemas” para o seu projeto. “Porque não consigo gastar o dinheiro”. Já na primeira bolsa, lembra, teve que pedir mais um ano para a executar. A cientista frisa que em causa “estão verbas competitivas, não são do Orçamento do Estado”. “É isso que dói, o dinheiro não é do Estado [no seu caso]. Nós não pedimos dinheiro ao Governo. Pedimos que nos deixem executar o dinheiro, senão é devolvido”. ●

outros dados :

375

milhões de euros para os próximos três anos é a verba disponibilizada pela FCT para apoiar 1618 projetos.

Curso para usar Código

● Sim, leu bem. A premiada cientista Elvira Fortunato denuncia, ao JN, todo um “mercado paralelo” em torno do novo Código de Contratos Públicos (CCP). Nomeadamente, diz, “cursos de formação para se poder aplicar o CCP tal é a complexidade”.

De cientista a burocrata

● A presidente da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, Cláudia Botelho, conhece colegas que “em vez de investigação estão a fazer cadernos de encargos”. É “surreal”, desabafa, frustrada.

Simplificar, diz o Governo

● Na nona alteração ao decreto-lei n.º 168/2017, que rege o CCP, o Governo enumera as vantagens das alterações introduzidas: “Simplificar, desburocratizar e flexibilizar os procedimentos de formação de contratos públicos; aumentar a eficiência da despesa pública; facilitar o acesso aos contratos públicos”.